



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140788 - GO (2021/0001678-9)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
RECORRENTE : VITORIA GONÇALVES DAMACENA
ADVOGADOS : THIAGO FILLIPY ANDRADE CRUVINEL - GO039673
LUIZ HENRIQUE SANTOS DA SILVA - GO053020
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por VITORIA GONÇALVES DAMACENA contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS (HC n. 5533969-37.2020.8.09.0000).

A recorrente encontra-se presa preventivamente em razão da suposta prática do delito previsto no art. 121, §2º, II e IV, do Código Penal, em relação à vítima Wanderson Rafael Soares Neves, e no art. 121, §2º, II e IV, c/c o art. 14, II, ambos do Código Penal, em relação à vítima Jefferson Eterno da Silva.

Sustenta a ausência de fundamentação idônea para justificar o decreto da segregação cautelar, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da preventiva, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Aduz que os predicados pessoais da agente permitiriam que respondesse ao processo em liberdade.

Requer, liminarmente e no mérito, o provimento do recurso para que seja revogada a prisão preventiva, aplicando-lhe medidas alternativas à prisão, caso se mostrem necessárias.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente